



Violência Doméstica e Queixa Escolar

Josiane Santin Martinho
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
São Paulo, 2012

SUMÁRIO

1	Introdução	3
2	A Queixa dos Professores	5
2.0.1	Por que e para que os professores se queixam?	5
2.0.2	Aburrir-se e queixar-se	6
3	Palmada em casa e palmatória na escola	7
3.0.1	A Ideologia e Eficácia	8
3.0.2	Influências da Violência Doméstica no Ensino	9
3.0.3	A Violência Atinge a Classe Alta e Baixa	11
3.0.4	Família e Escola – Instituições Parceiras	12
4	Processo de Aprendizagem da criança VÍTIMA	15
5	Estudo de Caso	18
5.0.1	Fontes de dados	18
5.0.2	Resultado deste cenário	26
6	Conclusão	28
7	Bibliografia	29
	Apêndice A – Palmada educa?	30

“Crianças mal educadas devem apanhar”... (sic – diretora e alguns professores)

“Se fosse meu filho, daria uma surra até aprender a se comportar”... (sic – coordenadora e diretora)

“Tira o que ele(a) mais gosta. Vamos ver se não aprende..” (sic – prof^a Ensino Fundamental).

“Deixa ele (a) sem passeio”... (sic – prof^a de matemática).

“Aqui na sala quem manda sou eu..” “Não queiram vocês ver a bruxa, a megera que existe em mim”...(sic- prof^a. de português).

“Seu filho não faz nada: não traz lição de casa, parece que não está neste planeta... Já está de recuperação e se continuar assim vai reprovar.” (sic – prof^a de artes).

“Tem moleques que fazem coisas que parece um retardado mental.” (sic – diretora da escola).

“ Mamãe, seu filho não se comporta, por isso hoje ficou de castigo, ”pensando no que faz”. Peço que converse com ele.” (sic – prof^a ed. Infantil).

“ Mamãe, seu filho está sem recreio durante a semana, pois ele fica brigando com os coleguinhas e não obedece a professora”. (sic – prof^a ed.infantil).



1 INTRODUÇÃO

A violência gradativamente aumenta no mundo e tem sido um recurso constante nas mãos de crianças, jovens e adultos que a representam como uma forma de diálogo social. Bater, xingar, gritar, ignorar, humilhar, ameaçar. Essas pequenas e grandes violências chegam a cair na rotina e são parte da vida da familiar de muitas crianças e adolescentes. Essas opressões se fazem presentes tanto nas famílias de baixo poder aquisitivo, quanto nos círculos das classes média e alta. E não só marcam só as relações dentro de casa, mas também no dia-a-dia da escola.

Este trabalho foi realizado com o objetivo de investigar as possíveis origens e causas da violência doméstica e sua **correlação ao mau desempenho escolar e queixa escolar**.

Quais as consequências do fracasso escolar no espaço familiar? Queixas escolares podem ser fator desencadeador de violência doméstica? Com que intenção os atos de violência ocorrem nas relações familiares? Com que frequência estes atos de violências ocorrem? Queixas escolares contribuem para a desestruturação e o desequilíbrio emocional dos familiares, ocasionando situações de violência doméstica? Por que essa “educação” faz parte de nossa cultura?

A partir das questões acima elencadas, as quais são origem desta pesquisa acredita-se que há expectativas das famílias com relação à escolarização dos seus filhos. A escola tem grande importância na vida do indivíduo e seu entorno, podendo alterar a dinâmica familiar. Ela é um dos lugares socialmente instituídos para que a criança se relacione com o outro e com o conhecimento. É parte de uma dinâmica, onde o sujeito organiza e interpreta suas relações com o mundo interno e externo.

É na escola que aprendemos a ler e a escrever, dois objetos socioculturais fundamentais numa sociedade letrada. Não ler e escrever atualmente, significa não dispor dos instrumentos básicos para inserção e participação social e para a constituição da cidadania. A utilização da prática de violência doméstica (seja por meio de ameaças, bater,



xingar, castigos) às vezes se constitui em alternativa de minimizar a queixa escolar.

Os profissionais da educação, em muitas situações não têm conhecimento a respeito das consequências que suas práticas podem acarretar (negativamente) nessa relação dos alunos com seus familiares e, nesse sentido, há que se salientar a necessidade de orientação dirigida a esses profissionais.

Ao se tratar das realidades familiares, é comum constatar casos em que pais estão resgatando o autoritarismo da educação tradicional, ameaçando ou batendo nos filhos, com o falso argumento de que a nova geração precisa de disciplina e de obediência. Há algumas gerações, acreditava-se que a violência era uma forma de punir o erro. A punição foi fortemente utilizada até o início do século XX, fazendo parte do nosso processo educacional, tanto em casa quanto nas escolas (uso de palmatórias).

A construção do objeto de estudo desta pesquisa, que implica na relação de queixa escolar mau desempenho na escola e violência doméstica, conduz à necessidade de definir melhor esses dois conceitos centrais para este trabalho.

Segundo PATTO (1990), o **fracasso escolar** pode ser entendido como produto do conjunto de relações institucionais vividas no interior da escola e fruto do cotidiano no qual tudo conspira para que as crianças e adolescentes pouco se beneficiem da escolarização.

Conforme Azevedo e Guerra (1995), **violência doméstica** “é todo ato ou omissão praticado por pais, parentes e responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes tem de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”. (p.36).

É importante ressaltar que no caso desta pesquisa, trata-se vitimização da infância: aquele utilizado não apenas com a intencionalidade de dano à criança/adolescente, mas com intencionalidade da aplicação de um poder disciplinador para adequar crianças e adolescentes a um norma/regra social, nesse caso, bom desempenho escolar. A violência doméstica, neste sentido, torna-se um recurso para a aplicação desse poder disciplinador, que seria capaz de “educar” e por isso, em muitos casos, é socialmente aceita e não tida como violência.

A díade DISCIPLINA- CASTIGO é a mais antiga e de maior tradição na educação infantil.



2 A QUEIXA DOS PROFESSORES

Muitas vezes os professores usam a queixa para descrever ou fazer uma suposta análise da sua realidade em sala de aula.

É pertinente pensarmos sobre a função da queixa na boca dos professores e o uso que o sistema educativo faz da mesma.

Para Alícia Fernandes, há dois tipos de queixa, sendo elas:

Queixa Lamento: pode construir-se com fases similares às da queixa reclamação. A diferença está no tom e na resposta que demandam e/ou esperam daquele que escuta. Quem escuta uma queixa lamento é chamado somente a condoer-se e é difícil que, a partir do enunciado, possa pensar. A carga saudável de agressividade (necessária para pensar) degrada-se e aparece como lamento.

A queixa lamento funciona como lubrificante da máquina inibidora do pensamento.

Queixa Reclamação: o manejo é diferente, pois tanto quem escuta pode chegar mais facilmente a uma reflexão crítica.

2.0.1 Por que e para que os professores se queixam?

Para muitos professores a expressão “a queixa constitui uma transação, através da qual denunciam seu mal-estar”. Ao mesmo tempo, confirmam o status quo com suas posturas resignadas, assegurando, assim, que nada mude.

É importante que os professores saiam da queixa inicial, para que assim comecem a exercer um juízo crítico, comecem a pensar, a refletir, a dar espaço às perguntas, a suportar o vazio momentâneo da ausência de respostas, sem cair na facilidade das supostas explicações rápidas que as queixam implicam.



2.0.2 Aburrir-se e queixar-se

Os professores se queixam e os alunos aborrecem. Se observarmos esta cena por outro ângulo, poderemos dizer que os alunos se queixam e os professores se aborrecem?

A queixa e o aborrecimento funcionam como lubrificantes para manter a máquina paralisante geram inibição cognitiva reativa e mantém a inibição reativa estrutural.

Aburrir-se é um verbo da língua castelhana, cuja forma pronominal (aburrirse). Aburrimiento tem a ver com apatia, indiferença, mas é pior que isso. A indiferença implica baixar a cortina, fechar-se frente a algo que não interessa, mas o aburrimiento é o fechar-se para nossa própria máquina desejante. É ignorar a possibilidade “de estar a sós” e de começar a imaginar e a pensar a partir daí.

Enrique Mariscal, citado por Fernandez diz que aborrecimento é uma das “expressões de mau trato, como vivemos numa cultura do mau trato, pareceria que o aborrecer-se é normal, e onde há uma sensação de desconexão, de um vazio, de buraco, e, com este buraco se faz intolerável, chega alguém com algum produto da indústria de entretenimento montado justamente para escapar do vazio”.

A queixa é uma maneira de expulsar a violência que não se pode engolir.

É importante desativar a queixa e o aborrecimento para ativar a capacidade de perguntar.

Se as professoras escutassem seus próprios protestos, ou inclusive simplesmente deixassem espaço e valorizassem suas próprias perguntas, isso bastaria para provocar um “estalo” na armadura do sistema educativo.



3 PALMADA EM CASA E PALMATÓRIA NA ESCOLA

A perspectiva judaico-cristã sempre foi favorável por uma educação por meio de castigos físicos. A partir da segunda metade do século XVIII, com o estabelecimento das chamadas aulas régias, a palmatória era o instrumento dessa época, dirigido aos professores.

O castigo físico em crianças foi introduzido no Brasil pelos padres jesuítas no século XVI, causando indignação nos indígenas, que repudiavam o ato de bater em crianças. A correção, era considerada uma forma de amor. O excesso de carinho devia ser evitado porque fazia mal aos filhos. A relação entre os pais e suas crianças teria de ser o espelho do amor divino, segundo o qual, amar é castigar os erros e dar exemplo de vida correta. Os castigos disciplinares devem ser aplicados não apenas para corrigir as chamadas ‘malcriações’ e ‘birras’ como também serve para sacudir a preguiça, que é considerada culpada de muitos erros e ignorâncias desde cedo no espírito da criança.

“Ao expulsar os jesuítas de Portugal e de suas colônias, em 1760, o Marquês de Pombal pôs fim à principal forma de educação vigente no Brasil. Segundo o pesquisador Luiz Kelly Martins dos Santos, a Reforma Pombalina foi catastrófica porque era um plano político, não pedagógico. ”O alvará assinado pelo rei de Portugal e aplicado no Brasil (seria precursor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira) introduziu normas punitivas a professores e alunos - nestes últimos, podia-se aplicar castigos físicos como palmatória e ajoelhar-se no milho”.

No Rio de Janeiro onde hoje existe um Museu da Tecnologia da Educação - que faz parte do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IpaE) -, levantou uma pesquisa histórica sobre a palmatória. Curioso é que ”o instrumento que está exposto e faz parte do nosso acervo é inglês, e não brasileiro”, declara o pesquisador Martins dos Santos, um dos organizadores do museu, ao explicar a diferença do formato. ”A palmatória usada no Brasil era uma haste que terminava em uma peça circular de madeira que, por sua vez, possuía furos em forma de cruz. Quem apanhava com o instrumento ficava com bolhas



na mão similares aos desenhos dos furos”.

A palmatória tornou-se um símbolo de disciplina na educação da geração do Brasil Colonial. Mas foi ainda muito usada depois da Independência. ”Era comum nas formaturas de fim de ano os alunos presentear os professores com palmatórias feitas de madeira compensada ou papelão, como forma de mostrarem submissão à autoridade”, afirma Martins dos Santos.

3.0.1 A Ideologia e Eficácia

No estudo de Michel Foucault (1977) o uso do castigo físico faz parte de um sistema de controle de uma sociedade investida do sentido da ordem e da lei. A vigilância enreda a todos, e não apenas as crianças. As instituições do século XVIII, ligadas por uma espécie de ‘rede’ de crenças, valores e hábitos, geraram um sistema de vigilância, controle e punição desde a família, até prisão, passando pela escola ou serviço militar. A educação tradicional era autoritária porque podia impor, todo o seu saber e poder para “torcer o pepino desde pequeno”. Era um sistema educativo que acreditava ser necessário formar um cidadão “disciplinado” para ser “dócil” à nova ordem moderna. Mas em nossa época denominada pós-moderna querer resgatar o castigo físico como método educativo, além de ser um contra-senso é uma prática fora de lugar. Os pais que ousam bater nos filhos, no fundo, carecem de palavras e de espírito democrático. Funcionam como o terrorismo que através de seu ato – bruto, rude, bárbaro - pretendem eliminar o sentido das palavras e o valor do diálogo na construção do verdadeiro sujeito. Mais ainda, eles acreditam que são donos do corpo dos filhos assim como era o senhor de escravos.

Diante dessa constatação percebe-se que muitos professores vivem no mundo dos anos 70, acreditando que podem dirigir os corpos, os corações e o futuro dos seus alunos.

Alain [Émile Chartier -1868-1951) outro pensador francês, embora sendo conservador e positivista, já em sua época recomendava, primeiro, aos pais “educar”, e a escola “ensinar”. Cada qual deve fazer bem a sua função. Os pais devem “educar” com firmeza, “mas não com pancadas”.

Há controvérsias se deve ou não usar de vez em quando uma palmadinha como recurso último para interromper a repetição das birras ou ‘malcriações’ infantis que indicam ruptura dos limites aceitáveis. A posição favorável ao uso de “palmada” sinaliza que esse natural uso da “a mão aberta” (e não o uso de instrumentos como o cinto, o chicote, que extrapolariam o sentido de correção educativa) tem intenção de ser um ato complementar



à educação por palavras. Todavia, atualmente existe a tendência no mundo ocidental que a palmada não funciona como método educativo, pelo contrário, causa ressentimento, dor, ou seja, pode causar um efeito contrário à educação. O ato de bater reforça, sem dúvida, o autoritarismo e sadismo do mais forte sobre o mais fraco, no caso, a criança, termina ficando ressentida e com raiva. Existe suspeita de que o ato de bater pode levar o agressor a uma compulsão à repetição, isto é, a adquirir prazer e gozo sádico em bater.

O professor da Faculdade de Educação da USP e escritor de vários livros sobre educação e ensino escolar, Julio Groppa Aquino e a psicóloga e colunista da Folha de S. Paulo, Rosely Sayão, disseram em uma mesa-redonda em Maringá (PR) que, quando bem posicionados no seu papel de pai e mãe não precisam usar de violência para corrigir erros ou evitar reincidências dos filhos. Por exemplo, existem atividades passíveis de “negociação”, como a hora de chegar em casa, mas existem as “obrigatórias” - tais como tomar banho ou ir à escola mesmo não gostando - dependem do posicionamento dos pais como autoridade para que os filhos obedeçam. Ou seja, se os pais perderam o autocontrole e partem para agressões físicas, é porque já vinham abdicando o lugar de autoridade necessário aos pais.

3.0.2 Influências da Violência Doméstica no Ensino

Quando se apresenta a questão da violência, parece pensar-se apenas em um tipo: a específica, a violência física. Ignora-se que ela seja algo que ocorre em muitos espaços e tem várias dimensões, além de poder ser de várias formas.

As causas de falta de segurança e da violência são múltiplas e complexas, necessitando de medidas emergenciais por parte do governo, porque ela abrange situações que acontecem em muitos lugares e chegam à nossa consciência com tamanho e valores diferentes. Isso porque, segundo a constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, art. 227), “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária de colocá-los a salvo de toda forma negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O artigo 5º do Título I das disposições preliminares do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente - BRASIL, 1990) anuncia que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ocasião ou omissão, aos seus



direitos fundamentais.

O abuso de poder pode levar o adulto a ser violento com seus próprios filhos, comprometendo os mesmos em seu desenvolvimento cognitivo, interferindo negativamente nas suas produções, na concentração mental, interação e integração com seus colegas, pois a criança se sente como alguém incapaz de expor seus sentimentos. Outras vezes, se torna uma criança agressiva que não sabe receber afeto, mas só bater, porque foi isso que aprendeu em sua casa.

Há, portanto, dimensões da violência que parecem “invisíveis”, pois não as reconhecemos como violência, por exemplo: bater com o intuito de educar, colocar de castigo, ...

Esse tipo de violência doméstica é a forma mais comum de diagnosticar, pois está geralmente associada a uma punição ou disciplina e com frequência se encontra marcas do instrumento utilizado na agressão, tais como cintos, fivelas, cordas, dedos, objetos cortantes, sendo geralmente repetitivas e aumentando de intensidade a cada investida. As lesões mais frequentes são hematomas encontrados simetricamente em regiões como tronco, nádegas e coxas. Podemos encontrar, também, lesões como queimaduras de 1º, 2º, e 3º graus. Estas são muito comuns nas nádegas, mãos e pés. A criança se vê indefesa diante de tal situação.

A criança, quando espancada, frequentemente pode sofrer lesões irreparáveis como traumatismo abdominal e craniano. Essa tem sido a causa de milhares de óbitos infantis. Um terço das internações de crianças nas emergências dos hospitais é por causa da violência doméstica.

A violência física é bastante comum em criança de zero a 6 anos. As fraturas são frequentes, podendo ser únicas, múltiplas, antigas e recentes com idades diferentes de consolidação. Quando acontece de a criança sofrer fraturas de costelas, o médico exige um raio-X completo do esqueleto para detectar outras fraturas já consolidadas. Muitas famílias têm como método de agressão física, um meio e forma de “educar” os seus filhos. Há ações comuns de sacudir, sufocar, queimar, espancar e até mesmo uso de revólver. Esses são métodos classificados como graves de educação dos filhos. Muitas mães acham que um “simples” beslicão, palmada ou um tapinha quando necessário não faz mal a ninguém, não sabendo ela que pode atrapalhar o aprendizado da criança.

A violência psicológica não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes para o resto da vida. Caracteriza-se pela rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito e punições aplicadas exageradamente, ocasionando



sequelas irreversíveis. Ela é feita com agressão verbal, ameaças, gestos e posturas agressivas.

O histrionismo é um comportamento caracterizado por colorido, dramático e com notável tendência por buscar atenção. A pessoa histérica conquista seus objetivos através de um comportamento afetado, exagerado, exuberante e por uma representação que varia de acordo com as expectativas da plateia. Usa também do silêncio, isolando-se no quarto, ou recuando-se a não querer incomodar ninguém. São atitudes que as pessoas apresentam de imediato, para conseguir seu objetivo. A pior atitude do histriônico é quando quer fazer tudo com perfeição para mostrar o tamanho da incompetência do outro. A pessoa que apresenta esse perfil tem satisfação em ver alguém ser inferiorizado. Essa situação ocorre muito com os pais.

A violência verbal é manifestada quando agressores verbais dirigem-se a outros membros da família, incluindo momentos quando estes estão na presença de outras pessoas estranhas ao lar, infernizando a vida do outro com questionamentos sem fundamentos e atribuições errôneas do comportamento do outro que, muitas vezes, se cala. O silêncio machuca mais do que se tivesse falado alguma coisa. Nesses casos a arte do agressor está exatamente em demonstrar que tem algo a dizer, mas fica quietinho em seu canto; não se queixa de nada. Também é considerado como violência doméstica o abandono e a negligência quanto a criança, parceiros ou idosos.

3.0.3 A Violência Atinge a Classe Alta e Baixa

O Instituto Oswaldo Cruz apresenta pesquisas que vêm demonstrar os “mitos” sobre a violência no Brasil. Podemos atentar para o crescimento das grandes cidades que desenvolveram a violência com maior intensidade, quer seja doméstica ou extra doméstica. As agressões, em suas diversas formas, existem nas diversas camadas sociais.

Esse tipo de violência corrói a sociedade e destrói milhares de brasileiros, necessitando de uma política mais justa de distribuição de renda para satisfação das necessidades básicas da família. Entretanto, a violência doméstica não acontece somente nas camadas populares mais baixas. Encontra-se também nas mais afortunadas, ou seja, nos setores mais elitizados do nosso país e do mundo. Os métodos para solucionar estes problemas são diferentes: uma criança que sofre violência doméstica numa família de pessoas “ricas” ou de poder aquisitivo melhor é levada ao terapeuta, consulta-se psicólogo, enfim, procuram-se alternativas possíveis e viáveis para tratar deste grande problema, ou seja, uma família que possua recursos financeiros terá mais agilidade e rapidez na condução do problema.



O professor precisa estar preparado e ter conhecimento das diversas manifestações de violência para ajudar seu aluno e encaminhá-lo ao órgão responsável para tratamento e acompanhamento. Cabe ao professor atitudes humanitárias para com seus alunos, tais como afeto, compaixão, zelo, discrição e amor para com ele e ajudá-lo a superar seus problemas escolares e seculares, na medida do possível, envolvendo-se nas questões que ele conhece e pode resolver, fortalecendo laços fraternos de amor de um para com o outro, na construção do saber e da consciência do outro.

É necessário o professor o olhar humanizado e presente ao seu aluno dentro da sala de aula, para que possa observar a mudança de comportamento de seus alunos e aos poucos adquirir sua confiança, para que os mesmos possam relatar o que está acontecendo com eles, ou seja, se estão sofrendo algum tipo de violência.

De acordo com Souza (1995, p. 02), muitas crianças que apresentam queixas de mau rendimento escolar encontram-se impedidas de um desempenho intelectual satisfatório. Devido a problemáticas emocionais, muitas vezes relacionados a conflitos familiares não explicitados. E na elaboração desses conflitos podem propiciar a melhoria no rendimento escolar da criança que por sentir vergonha de expor sua situação diante dos colegas é prejudicada, não conseguindo desenvolver seu potencial.

3.0.4 Família e Escola – Instituições Parceiras

Cabe à família a tarefa de estruturar o sujeito em sua identificação, individualização e autonomia. Isso vai acontecendo à medida que a criança vive o seu dia-a-dia inserido em um grupo de pessoas que lhe dá carinho, apresenta o funcionamento do mundo, oferece suporte material para suas necessidades, conta histórias, fala sobre coisas e fatos, conversa sobre o que sentem e pensam, ensina a arte da convivência. Cada família tem seus hábitos, suas crenças, seus mitos e medos, sua ideologia e seus objetivos.

A forma de construir o cotidiano está relacionada a uma história que começa com os antepassados dos pais e se alonga no dia-a-dia com seus filhos. Dessa forma, a criança percorre um caminho que vai desde a mais completa fragilidade emocional e dependência absoluta de autonomia e indiferença, até a compreensão do mundo real e a possibilidade de reconhecer o mundo intenso.

À medida que as pessoas vão se envolvendo em família, vão reconhecendo e construindo sua história, criando uma nova forma de ser ou continuação da mesma. A família vai mudando para continuar sendo o pilar de sustentação de cada um e cumprir a sua



função socializadora de construir. Ao mesmo tempo em que uma criança sabe que faz parte de determinada família por compartilhar o mesmo sobrenome, costume e ideologia, ela se individualiza por perceber-se diferente da mãe, do pai, da avó ou irmão em determinadas peculiaridades que caracterizam o seu ser e o seu papel na família.

A família é um grupo de pessoas que tem uma organização típica, normas, valores, formas de conduta e que compartilham uma série de coisas, fatos, afetividade e emoções, dando suporte umas às outras. Essas pessoas também lutam por diferenciar-se e serem reconhecidas como únicas. Orientam-se mutuamente no sentido de tornarem-se cidadãos e para exercerem seus direitos e seus deveres, tanto na esfera particular e doméstica, quanto na esfera pública.

Todo indivíduo, apesar de pertencer a uma família, tem sua própria história, suas lembranças, suas conquistas, assim como é único o contexto em que esses fatos se desenvolveram e continuam se desenvolvendo, apesar de olhares, leituras e significados diferentes. Segundo Gomes (1988, p.10).

A família é um núcleo, ou um grupo de pessoas, vivendo uma estrutura hierarquizada, que convive com uma proposta de ligação efetiva e duradoura, incluindo uma relação de cuidados entre os adultos e deles para as crianças e idosos que aparecem neste contexto.

Ao reconhecer as qualidades e os defeitos de cada elemento familiar que compõe o campo sócio-afetivo da família, a criança se diferencia caracteriza-se e se organiza em seu contexto sócio-emocional e cultural. Seria o mesmo que dizer que, pouco a pouco, ela vai assumindo e simbolizando a sua existência mediante a sua própria rotina de vida, mediante a linguagem como organizadora e promotora de interlocução, mediante o desempenho de papéis e de modelos que lhe possibilitarão o amadurecimento e a capacidade de posicionar-se criticamente.

A família, como grupo social, tem seu corpo de normas, impondo deveres e atribuindo direitos aos seus membros. Exigindo de cada um, cooperação, solidariedade, sacrifício, compreensão, tolerância e amparo aos menores, aos idosos e àqueles que não podem trabalhar por algum problema de saúde. É óbvio que a socialização não ocorre somente no âmbito familiar.

A tarefa de construir valores e comportamentos era exclusivamente da família. Hoje, as crianças vão cedo para as creches, berçários e pré-escolas. A escola é uma instituição potencialmente socializadora. Ela abre um espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais, ampliem seus ângulos de visão. É emoção e razão que se fundem em busca de sabedoria.



A escola de hoje pretende desenvolver, no estudante, uma conduta própria que viabilize o conhecimento e não mais apenas acumulá-lo. A atitude dos profissionais da escola está pautada no conhecimento de onde encontrar as informações adequadas, para aquela comunidade, voltada a uma metodologia que deve transformar em aprendizagem as vastas experiências sociais. Existe, na sala de aula, uma relação de troca entre professor e aluno, onde quem ensina aprende e vice-versa. Não basta o professor desejar que o aluno aprenda. O aluno precisa desejar aprender, sentir prazer em apropriar-se de sua autonomia. É uma via de mão dupla. Aprendente e ensinante tem a responsabilidade compartilhada no ato de aprender. Com o que concorda SOUZA (1995, p. 2), que diz:

Muitas crianças que apresentam queixa de mau rendimento escolar encontram-se impedidas de um desempenho intelectual satisfatório devido a problemáticas emocionais, muitas vezes relacionadas a conflitos familiares não explicitados, e na elaboração desses conflitos (familiares ou individuais) propiciam a melhora no rendimento escolar.

O filho, quando se sente pressionado em seu próprio lar, não tendo espaço para diálogo com os pais, tende a se fechar, porque quando abre a boca para falar é recriminado. Isso pode prejudicar e muito o seu rendimento escolar, pois se sente reprimido. Tanto a escola quanto a família educa para que o sujeito, em posse de instrumentos sociais, possa ser educado e feliz. Para aprender, uma criança precisa estar em contato com suas possibilidades, com seus limites, reconhecer os próprios desejos e estar disponível para uma aventura; aventura essa de desvendar o mundo.



4 PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA VÍTIMA

À escola de hoje cabe oferecer suporte e espaço adequado ao aprendente. Ao professor cabe ter a capacidade de observação e sensibilidade capaz de atentar aos problemas que afligem seus educandos, dando-lhes o suporte à sua superação e, quando necessário, encaminhando-os a profissionais suficientemente capacitados para ajudá-los.

O desempenho escolar da criança deve ser analisado considerando-se não apenas suas características pessoais, mas também seu ambiente familiar e seu comportamento no ambiente escolar. No âmbito da aprendizagem, a interação desses fatores pode contribuir tanto para o sucesso como para o fracasso. O baixo rendimento escolar deve ser atribuído não só às características individuais, mas também do contexto familiar, escolar e social.

A escola tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento da criança em geral e da vítima de violência em particular. Isso porque precisa desenvolver nela sentimentos de otimismo e um relacionamento seguro e positivo com adultos e com seus colegas.

Muitas vezes a criança verbaliza seu drama. Quando sofre violência, tem muita dificuldade de entrosamento com os colegas, se acha a “pior da turma” devido ao baixo grau de autoestima, sente-se incapaz o tempo todo, nunca age positivamente, é imatura, fica sempre arredia, seu amor é inconstante e está sempre sobressaltada. Nas brincadeiras, se comporta de forma agressiva.

O professor, como especialista da educação, possui em suas mãos a ferramenta necessária para a construção e reconstrução dos alunos que sofrem de violência. Ele, com sua vivência didática, saberá integrar o aluno na sala de aula, proporcionando-lhe um ambiente propício para o exercício da cidadania.

O professor deve trabalhar as crianças que sofrem “violência”, respeitando a forma, a capacidade e a evolução de cada um respeitando suas limitações, ensinando ao grupo a se ajudar, tanto individualmente quanto coletivamente, usando uma metodologia e um



processo de aprendizagem baseados no construtivismo, onde o aluno é o construtor de seu conhecimento, usando seus dons, talentos, habilidades e competências. Freire (1975, p.78) afirma que:

Toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que ensinando aprende, outro que aprendendo, ensina, daí o cunho gnosiológico de objetos conteúdos a serem ensinados e aprendidos, envolve o uso de métodos, de técnicas, de matérias, implica em função de seu caráter diretivo, objetivo, sonhos, utopias e ideais.

Durante muito tempo o aprender foi visto como sinônimo de memorizar. Esta concepção de aprendizagem justificava a organização de uma escola cuja função primordial consistia no repasse do maior número de informações possíveis aos alunos. Acreditava-se que juntando as pequenas partes, os alunos seriam capazes de compreender o todo. Esta concepção de aprendizagem influenciou a educação durante séculos, criando uma pedagogia repetitiva e da “decoreba”, criando um caráter superficial na educação, baseando-se na repetição dos livros em detrimento de um saber crítico, avaliativo e consistente do aluno.

Froebel (1782-1852) era contra métodos mecânicos e padronizados de aprendizagem e até hoje são usados nas instituições pré-escolares. Sua proposta educacional baseava-se nas atividades que incluíam o jogo e atividades de operação entendidas como origens da atividade mental. Froebel partia também da intuição e da ideia de espontaneidade infantil, preconizando uma autoeducação pelo jogo, por suas vantagens morais, além de seu valor físico.

A obra de Montessori (1867-1952), como ela mesma proclamava, inscreve-se e está inserida numa pedagogia científica, que baseada numa formação pelas ciências da natureza explica, a concepção de que a educação deve inspirar-se na natureza e nas leis de desenvolvimento infantil, abolindo os hábitos tradicionais de uma educação tradicionalista. Maria Montessori enfatizou o aspecto biológico do crescimento e do desenvolvimento infantil, criou materiais adequados para a exploração sensorial das crianças, específicos a cada objetivo educacional.

Diminuiu o tamanho do mobiliário usado pelas crianças na pré-escola e criou também a diminuição dos brinquedos e objetos domésticos e cotidianos a serem usados para brincar. Efetuou, portanto, a naturalização dos brinquedos, adequando-os ao tamanho das crianças.

Segundo Montessori, a educação deve inspirar-se na natureza e nas leis de desenvolvimento infantil, à margem dos hábitos tradicionais, porque seu sistema fundamental é



mais de desenvolvimento do que de adaptação. Para essa autora, a vida não é abstração e sim vitalidade (Nova Escola, 2009). Portanto, sua filosofia é vitalista; pressupõe que as crianças são corpos que crescem e almas que se desenvolvem, necessitando de uma vida potencial que as desenvolva e que as torne ativas e felizes. Além de ser médica, Montessori era também formada em pedagogia, psicologia e antropologia, tendo um grande conhecimento da alma humana.

O princípio básico de seu sistema é liberdade, atividade e individualidade. A pedagogia Montessoriana requer um novo paradigma de educação, pois o educador deve observar e orientar as atividades psíquicas do seu crescimento biológico e psicológico. O professor deve estabelecer as atividades espontâneas na criança, contribuindo para que ela desenvolva sua autonomia, sua individualidade e passe a respeitar seus semelhantes.

A escola, Instituição Social delegada da família, deve estar comprometida com a promoção do desenvolvimento humano e com o atendimento das necessidades da sociedade. Assim, o seu processo de gestão de ensino deve ter uma visão global e uma ação local, visando a inserção contextualizada do aluno em todas as suas dimensões, no mundo moderno, de forma autônoma e participativa, numa nova tomada de consciência do professor em relação a ele mesmo e ao aluno, sendo necessário um olhar profundo e observador da maneira como o professor se comporta, transmitindo uma didática viva, contagiante, que modifique as pessoas que estejam ao redor.

A escola é uma instituição que possui o dom de “moldar” o caráter das pessoas porque ensina a criança, desde pequena, a se comportar como cidadã. Nela desenvolve conceitos fundamentais como respeito próprio, solidariedade, amor ao próximo, dignidade, lealdade e, principalmente, as noções de direitos e deveres. A escola, como espaço de socialização, exerce uma importante função através do diálogo, dando voz às pessoas para que elas dialoguem e expressem suas opiniões, suas vontades e seus anseios.

A educação transforma as pessoas porque preserva, em seu processo, a liberdade de opiniões e a gentileza em suas ações. Por isso é que ela não só transforma, como faz das pessoas seres melhores para si e para a sociedade, como poderá modificar os reprodutores de atitudes violentas, transformando sua agressividade em equilíbrio, pois uma pessoa equilibrada pensa, pondera, questiona e age com harmonia, tranquilidade e pacificidade.

O professor deve criar métodos de aprendizagem para motivar o aluno, voltados para o real interesse dos mesmos, tornando-os agentes do processo educacional, propondo atividades em jogos criativos como uma das saídas viáveis para uma maior integração entre as pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem.



5 ESTUDO DE CASO

Sujeitos:

A pesquisa realizou-se tendo como participantes vinte e cinco alunos do sexto ano C, turno da tarde, com faixas etárias entre 11 a 12 anos respectivamente, colégio particular da periferia de São Paulo – Pirituba.

Esta classe apresenta muitas queixas realizadas pelo grupo de professores. Queixas estas sendo: Indisciplina, imaturidade, baixo rendimento escolar.

Os participantes desta pesquisa sentiram muito tranquilos para responder o questionário, pois muitos estão familiarizados com a presença da pesquisadora na unidade de ensino, visto que a mesma trabalha no colégio com a função de psicóloga escolar.

5.0.1 Fontes de dados

A escolha destes alunos do sexto ano para responder o questionário se deu posteriormente à reunião com os professores que se queixaram da indisciplina, imaturidade, baixo rendimento e necessidades constantes de notificação aos pais via agenda e em alguns casos convocação dos mesmos na unidade escolar para relatarem sobre o desenvolvimento escolar do aluno.

Esta classe é composta de vinte e sete alunos, sendo dezessete meninos e dez meninas.

Em consulta aos prontuários dos alunos, podemos observar que, no ano de 2012, sete alunos vieram de outras escolas, sendo cinco meninos. Desses, quatro estudavam em escolas públicas da rede estadual e um aluno de escola particular. Apenas duas meninas, sendo uma de escola pública da rede estadual e uma menina de escola particular.

No ano de 2011, vieram três alunos para o colégio sendo meninos, sendo que desses dois vieram da escola pública da rede estadual e um de escola particular. Todos são alunos do sexto ano C.



No ano de 2010, vieram três alunos para o colégio sendo duas meninas e um menino. No ano anterior todos estudavam em escolas particulares.

Ao verificar esses materiais, todos prontuários de alunos que foram matriculados no decorrer de seu processo de escolarização faltam o histórico escolar e transferência da escola anterior, o que impossibilita analisar o desempenho anterior.

Em suma, esta turma é composta por onze alunos que são alunos do colégio desde o primeiro ano e doze alunos que foram sendo matriculados no decorrer de seu processo de escolarização. Três alunos são repetentes, um aluno é “tido como inclusão, embora não apresente nada que comprove uma possível deficiência”, este aluno tem dezesseis anos, grande defasagem de conteúdo pedagógico (não está alfabetizado), imaturidade intelectual, muita dependência para realizar qualquer atividade.

No ano anterior, a pesquisadora, juntamente com a professora do Ensino Fundamental trabalhou um projeto – “Cultura de Paz – Diga não ao Bullying”, dessa forma já havia um vínculo de confiança com os alunos e pouco conhecimento prévio acerca da vivência familiar.

Não foram realizadas entrevistas com os pais, devido à escassez de tempo e restrição advinda da direção escolar. A pesquisadora também considerou que não seria o momento mais oportuno, principalmente por perceber que “educação represária” se encontra no cerne da visão de “educar” da diretora.

Com o grupo de professores foram realizadas apenas observações de aulas e conversas, visto que o grupo se encontra marcado pelo desgaste da profissão e com falas adoecidas, o que provoca certa descrença em educar sem autoritarismo.

O Colégio não tem Plano Político Pedagógico e Conselho de Escola. As reuniões pedagógicas são realizadas uma vez ao mês, nas últimas sextas-feiras.

Observações:

Foi sugerido pela pesquisadora que o colégio tivesse Plano Político Pedagógico, pois a mesma tem conhecimento da importância e função deste documento, que serve como eixo norteador da escola. A direção recusou a ideia, alegando que confeccionar Projeto Político Pedagógico é uma prática “démodé”.

Quanto a ter Conselho de Escola, não vê positividade e como algo desgastante, afirmando que não estaria pronta a “encheção de saco”. Considera que não teria tempo para esta atividade.



As reuniões pedagógicas são momentos, com maior parte do tempo de entrega de recados, muitos professores não estão presentes na reunião por motivos diversos (alguns trabalham em outras escolas). Deve-se também levar em conta que na sexta-feira o cansaço da rotina da semana, a reunião ocorre no horário das 17h30, ou seja, após as aulas com os barulhos de euforia das crianças esperando o transporte escolar ou seus pais para irem para casa.

No presente ano de 2012, a direção considerou que aumentando a nota média do colégio para “7” faria os alunos mais participativos, considerando que são seres em potencial, e diminuiria a indisciplina visto que deveriam se esforçar mais para obter boas notas.

Questionário

1. O que você acha da escola?
2. O que acontece quando vão bilhetes na sua agenda, com queixa escolar?
3. Qual a reação dos seus pais quando você vai “mal” na escola na escola (tira nota baixa, não consegue aprender)?
4. Como você gostaria que seus pais reagissem quando você vai “mal na escola” ou tivesse queixas escolares?
5. Como você gostaria que seus professores reagissem quando a sala está indisciplinada?
6. Como você gostaria que seus professores reagissem quando você vai “mal na escola” ou tivesse alguma queixa escolar?
7. Você acha que “apanhar, ficar de castigo, tirar o que você mais gosta” educa (faz com que não volte acontecer determinadas situações)?
8. Se você fosse professor(a) e os alunos(a) estivessem indisciplinados, com notas baixas, não aprendendo o que você faria?

Respostas

1. O que você acha da escola?



Legal = 15 alunos

(Porque conhece pessoas...)

(Porque tem recreio de trinta minutos...)

(Porque vou aprender para o futuro eu ensinar meus filhos)

(Porque aprende coisas diferentes...)

(Porque as pessoas podem conversar e brincar...)

Lugar para estudar = 3 alunos.

Boa = 4 alunos.

Chato = 2 alunos.

(chato, porque não pode brincar)

Mais ou menos = 3 alunos.

Ótima = 1

2. O que acontece quando vão bilhetes na sua agenda, com queixa escolar

Brigam comigo e faz ameaças de tirar o que gosto = 6 alunos.

Batem-me = 4 alunos.

Ficam bravos

Questiona o que acontece

Conversa comigo e falam que a escola é paga para eu estudar = 2 alunos.

Põe de castigo = 2 alunos.

Não deixa sair na rua.

Nunca aconteceu comigo = 3 alunos.

Conversam comigo = 2 alunos.

Meus pais ficam tristes comigo e brigam.

Fico de castigo no quarto sem fazer nada.

Fico sem brincar e ir à casa de uma amiga = 2 alunos.

Levo bronca = 2 alunos.

3. Qual a reação dos seus pais quando você vai “mal” na escola na escola (tira nota baixa, não consegue aprender)?

Ficam chateados e perguntam onde eu tenho dificuldade

Fazem-me estudar mais no final de semana



Deixa-me de castigo

Ameaça de me bater = 3 alunos.

Fico de castigo, sem fazer o que gosto= 2 alunos.

Manda-me estudar mais = 6 alunos.

Fala que vai me tirar da escola

Brigam comigo = 2 alunos.

Tenta me ajudar

Conversam comigo= 2 alunos.

Explicam-me a matéria da forma que eu possa entender Vai atrás de reforço escolar

Manda-me prestar mais atenção= 2 alunos.

Ficam nervosos

Incentivam-me a aprender

Falam que trabalham para pagar escola

4. Como você gostaria que seus pais reagissem quando você vai “mal na escola” ou tivesse queixas escolares?

Conversassem comigo e perguntassem por que vou mal= 3 alunos.

Só dessem broncas.

Conversassem comigo e não me xingassem.

Dessem-me conselhos.

Levassem-me ao McDonalds.

Conversassem = 3 alunos.

Conversassem e não deixassem sair na rua.

Só tirassem algo que eu goste.

Pedissem para estudar mais e mandassem pensar sobre o que fez.

Queria que os meus pais compreendessem que não dá para sempre tirar nota azul.

Ficassem calmos e não gritassem comigo.

Não vou mal na escola, não tenho queixas.

Gostaria que meus pais não brigassem comigo.

Gostaria que meus pais só falassem para eu estudar.



Gostaria que meus pais falassem: “Filho estude mais e se comporta”.

Não deixassem jogar o que eu gosto.

Falassem: “Não faz mais isso...”.

Reagissem com calma e que não me batessem.

Ficassem calmos para me repreender.

Do mesmo jeito que já fazem = 2 alunos.

5. Como você gostaria que seus professores reagissem quando a sala está indisciplinada?

Queria que eles falassem: “Silêncio eu estou tentando te ensinar...”.

Chamassem a direção da escola.

Mandassem para fora da Sala quem causou indisciplina = 2 alunos.

Falassem para os alunos PARAR.

Conversassem com os alunos = 2 alunos.

Só dessem bronca nos alunos bagunceiros = 4 alunos.

Dessem um corretivo oral na sala.

Punissem os alunos que bagunçou.

Que não gritassem com nós.

Gostaria que eles deixassem a gente ficar conversando, para nós mesmo ver como a sala é...

Chamassem à coordenadora ou ficassem quietos até as pessoas ficarem quietas.

Mandassem o bagunceiro falar com a coordenação.

Aplicassem prova surpresa.

Devem gritar e xingar.

Mandassem recados nas agendas.

Corrigissem e dessem uma chance.

Dessem um basta.

6. Como você gostaria que seus professores reagissem quando você vai “mal na escola” ou tivesse alguma queixa escolar?

Colocassem no reforço = 3 alunos.



Ajudassem eu passar de ano.

Conversassem mais com a gente = 2 alunos.

Queria que me ensinassem.

Falassem para prestar mais atenção.

Colocassem na frente para se concentrar mais.

Que me dessem uma chance.

Não costumo ir mal na escola e nem ter queixas escolares.

Que ficassem pacientes.

Que não falassem nossas médias ou as notas das provas.

Chamassem os pais para conversar junto com o aluno.

Tentassem dar uma força para esse aluno.

Explicassem mais para quem dúvidas = 2 alunos.

Que nos ensinassem e que conversassem com os pais para que eles também possam ensinar-me.

Que fossem legal não falando que fui mal para meus pais = 2 alunos.

Mandassem bilhetes na agenda = 2 alunos.

Agendassem uma reunião com os pais.

Recuperação para recuperar minha nota.

Tirassem minhas dúvidas.

7. Você acha que “apanhar, ficar de castigo, tirar o que você mais gosta” educa (faz com que não volte acontecer determinadas situações)?

Acho que não educa = 8 alunos.

Não. Porque fico mais estressado e fico com bronca dos meus pais.

Não. Porque o filho acaba piorando mais.

Não. Acho que os pais tem que colocar os filhos para pensar.

Não. Porque por uns dias eles vão tirar tudo e no resto dos dias terei tudo de volta... vou voltar a bagunçar. 2 alunos.

Não. Porque só provoca medo = 2 alunos.

Não. Para mim os pais tem que conversar.



Sim. Porque a criança não vai repetir o que fez, porque sabe que vai ficar sem o que gosta.

Sim = 2 alunos.

Sim. Porque o filho aprende como se deve fazer na escola.

Às vezes sim, depende do que os pais vão tirar = 2 alunos.

Talvez sim, mas eu não gosto de apanhar.

8. Se você fosse professor(a) e os alunos(a) estivessem indisciplinados, com notas baixas, não aprendendo o que você faria?

Ia disciplina-lós.

Recado, advertências, ficaria muito nervoso.

Ficaria muito bravo e triste.

Mandaria os alunos ficarem quietos.

Passava uma revisão para nota e não repetia nenhum.

Falaria para prestar mais atenção na aula = 2 alunos.

Chamaria os pais para falar que não está prestando atenção = 2 alunos.

Passava um trabalho de 100 folhas.

Deixaria que eles aprendessem mais e depois falaria o que eles aprenderam.

Conversaria com meus alunos e ajudaria mais para que eles melhorassem.

Iria tentar ajudar....Faria um reforço = 2 alunos.

Conversaria com eles sem gritar e mandaria fazerem muitos trabalhos.

Indicaria para reforço e daria um corretivo oral.

Daria uma bronca, daria muita lição de casa e quem não fizesse teria uma advertência.

Daria uma bronca nos alunos e um trabalho valendo 1 ponto. Eu gritaria para parar.

Convocaria os pais para uma reunião junto com a direção

Eu daria recuperação, para quem tem notas baixas.

Reforço, para quem tem dificuldades.

Faria o melhor para ensina-lós.

Eu iria de mesa em mesa tirando dúvidas.



5.0.2 Resultado deste cenário

A solidão do professor no exercício de sua função. Uma solidão que, combinada à desqualificação social de sua profissão e à contínua vivência de frustrações e insucessos, em muitos casos o fazem uma pessoa que se mostra hostil com os alunos, levando a utilizar “falas agressivas, que despotencializam os alunos, recados constantes nas agendas como via de socorro aos pais”.

Podemos ler nas entrelinhas dessas queixas a angústia em que o professor se encontra. Sem uma formação contínua que lhe possibilite êxito em sala de aula, no desenvolvimento de seu trabalho, pois surgem as tensões e dificuldades que se irão acumulando. Preocupado com as situações encontradas no cotidiano da sala de aula, envolvendo-se com elas, é provável que trabalhe cada vez mais sob tensão.

Sobre a formação contínua para os docentes, Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (1997), aponta:

A segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores e professoras cientificamente preparados, mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência desqualifica a autoridade do professor. (p.102)

“Muitas vezes os pais acredita que a melhor situação é a palmada pedagógica, com objetivo de que os filhos reflitam sobre os atos cometidos e não façam novamente”... Diante das agressões, o aluno reage o tempo todo e de diversas maneiras. “Ele canta e conversa no meio da aula, não para quieto, cutuca os colegas, atrapalha o professor, se desinteressa, outras se tornam apáticos”... Se tornando um ambiente sem condições para o ambiente de aprendizado.

Outra situação observada é que o colégio se prende muito ao imediatismo da rotina escolar, focando-as a aspectos tais como: se o aluno está aprendendo ou não, se é disciplinado ou não.

Quando os pais são convocados pela coordenação pedagógica, em reunião são as queixas são informadas aos pais e logo vêm os desabafos das vivências familiares, por ex: separação de pais, dificuldades financeiras, etc... Observa-se a culpabilização pelos



insucessos com relação às queixas escolares.

O colégio desconsidera que estes aspectos acontecem dentro de um contexto, como uma rede de relações, de dimensões que interagem entre si resultando o que ocorre no cotidiano. Fica difícil para o colégio, presa a um único aspecto do fenômeno, questionar as razões da situação problema e também qual a sua responsabilidade na não aprendizagem, indisciplina dos alunos. A tendência do colégio é de individualizar o problema, apontando o aluno. O colégio vai convivendo com conflitos até chegar ao limite, então a alternativa usual é convocar os pais e angustiar as queixas apresentados pelo seu filho, ou adverte o aluno e posteriormente são encaminhados para psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, etc...



6 CONCLUSÃO

É preciso que as pessoas não se omitam diante da violência doméstica, denunciando-a aos órgãos competentes para que os mesmos tomem as providências cabíveis. Cabe ao poder público contribuir para ajudar crianças e jovens vítimas de violência, elaborando programas de prevenção e combate à violência doméstica, criando canais públicos de denúncia.

A questão da violência não deve interessar apenas aos profissionais nela envolvidos (policiais, advogados, promotores de justiça e magistrados), mas também a todas as pessoas e, principalmente, família, os educadores e à sociedade como um todo. É de grande urgência que a sociedade “desperte” para essa questão, pois o elevadíssimo grau de violência assola e esfacela a humanidade.

A violência banalizou-se entre nós. Podemos ver na educação a alternativa para a temática da violência humana. Sua proposta é formar crianças e jovens para serem construtores ativos da sociedade na qual vivem e exercem sua cidadania, independente da sua condição. É preciso que os educadores estejam preparados, obtendo maiores esclarecimentos sobre a violência doméstica, para que possam ajudar seu aluno, analisando o fracasso ou o sucesso escolar do mesmo, inclusive daquele que possivelmente sofra violência no ambiente familiar, considerando não apenas suas características pessoais, mas também o contexto familiar. Interagindo com os familiares, poderá promover a igualdade e a proteção à criança vítima de violência doméstica.



7 BIBLIOGRAFIA

ARROYO, M. G. Trabalho – **Educação e Teoria Pedagógica**. In: Gaudêncio Frigotto (org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRADEN, N. **Autoestima e seus pilares**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988.

----- **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

DOLTO, F. **Quando surge a criança**. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

FERNADEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artmed. 1990.

FREIRE, Paulo. **Fazer a escola conhecendo a vida**. Campinas: São Paulo, 1995.

MALDONADO. M.T **Os construtores da paz Caminhos da prevenção da violência**. São Paulo: Moderna. 1977.

NOVA ESCOLA, Edição especial nº41, **Os grandes pensadores**. São Paulo, Editora Abril, julho 2009.

SOUZA, Audruz Setton Lopes. **Pensando a inspiração intelectual: perspectiva-psicanalítica e proposta diagnóstica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.



APÊNDICE A – PALMADA EDUCA?

Alguns pais estão resgatando o autoritarismo da educação tradicional, ameaçando ou batendo nos filhos, com o falso argumento de que a nova geração precisa de disciplina e de obediência. Algumas escolas particulares também fazem propaganda de seu método rigoroso e disciplinador, atraindo principalmente os pais fracassados e autoritários camuflados desejosos pela terceirização da educação dos filhos.

A ‘pedagogia da palmada’ vem influenciando até mesmo alguns especialistas que acreditam que é preciso colocar freio na indisciplina. Marilda Lipp, doutora em psicologia do comportamento, escreveu um artigo cujo título era justamente “A palmada educa” (Veja, 01/05/96). Embora a psicóloga ressaltasse que a criança não deve ser punida na primeira vez que erra; que os pais devem sempre explicar o porque ela deve apanhar e alertá-la sobre as conseqüências de seus atos, a verdade é que o artigo tinha um tom, começando pelo título, de que a palmada tem o poder de educar.

Em verdade “a palmada deseduca”. Esse é o slogan da campanha que o Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), da Universidade de São Paulo, quer erradicar através de uma petição, desestimular pais e educadores a bater nas crianças, nem que seja eventualmente. A discussão sobre castigos corporais também chegou a Brasília. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados está mobilizando seminários sobre o tema. O presidente da comissão, deputado Marcos Rolim (PT-RS), quer desencadear uma campanha para conscientizar a população e apresentar experiências internacionais.

Países de 1º. mundo, hoje, “autorizam” pais e professores de usarem os antigos instrumentos de castigos (ou tortura) como palmatória, chicotinho, varinha, corda, cinto, etc. Uma amiga que viveu durante um ano na cidade de Lion, França, disse-me que são vendidos chicotinhos especialmente feitos para bater em crianças desobedientes. A Inglaterra que ficou conhecida internacionalmente pela experiência libertária da Escola de Summerhill, só suspendeu o castigo físico do seu sistema educacional em 1989. Recentemente (2004) o parlamento inglês voltou a discutir a necessidade de aplicar castigos físicos como medida educacional legítima.



Nos países escandinavos, embora a educação seja rígida, existem leis que proíbem os pais usar violência contra seus filhos. As crianças podem fazer denúncias, e assistentes sociais ficam de plantão para evitar essa prática.

Não faz muito tempo que Cingapura, país de regime político autoritário e um sistema financeiro importante, localizado na Ásia, impôs uma pena judiciária de chibatadas a um jovem norte-americano que transgrediu as severas leis daquele país.

Apesar do liberalismo ‘oficial’ e aparente permissividade educativa dos norte-americanos, a maioria da população dos EUA consultada não apenas aprovou a pena judiciária de Cingapura para o crime de tráfico de drogas como gostaria que sua justiça também fizesse uso de castigos físicos para transgressores da lei. Para reforçar essa atitude repressiva, uma pesquisa divulgada declara que 61% dos pais norte-americanos aprovavam castigos físicos como uma forma de punição válida, e 57% disseram acreditar que até mesmo bebês de seis meses podem merecer uma surra ¹.

¹<https://portal.aprendiz.uol.com.br/>